Jornal Valor --- Página 5 da edição "29/08/2017 1a CAD C" ---- Impressa por mpamplona às 28/08/2017@20:34:40

Banco Volkswagen S.A.

CNPJ nº 59.109.165/0001-49
Rua Volkswagen, 291 - São Paulo - SP

Filiado à ANEF — Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras

Associado — Mantenedor - desde 2010 — IBGC Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

www.bancovw.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes aos semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016.

O primeiro semestre de 2017 foi marcado por uma deterioração consecutiva do cenário macroeconômico nos dois últimos anos e consequente retração acentuada da indústria automobilística. O Banco Volkswagen, entretanto, apoiado em uma trajetória de 60 anos, segue com uma significativa participação no financiamento de veículos do Grupo Volkswagen. Vale destacar o fortalecimento da parceria com as montadoras Volkswagen do Brasil, MAN Latin América, Audi Brasil e Ducati do Brasil, bem como com suas respectivas redes de concessionárias.

Neste sentido, o Banco Volkswagen segue desenvolvendo planos com condições e taxas atrativas, forma pela qual vem mantendo seus negócios mesmo em um cenário tão adverso, total de ativos de R$ 16,1 bilhões e operações de crédito e arrendamento mercantil de R$ 13,7 bilhões.

DESTAQUES DO SEMESTRE

- Maior banco de montadora no Brasil, 17º colocado entre as instituições financeiras privadas e 22º no ranking dos 50 maiores bancos do país, segundo o critério de patrimônio líquido, conforme dados do Banco Central do Brasil referente a 31 de março de 2017.
- Responsável por 70,2% de todos os veículos novos vendidos com financiamento pelo Grupo Volkswagen, sendo 67,6% no segmento de caminhões e ônibus e 70,4% no segmento de automóveis.
- Rating de crédito brAA- pela S&P Global, o maior concedido pela agência em escala nacional para créditos corporativos.
- Quinta oferta pública de Letras Financeiras no valor de R$ 500 milhões, atingindo o menor custo desde sua primeira emissão.
- Índice de Basileia de 26,2% em 30 de junho de 2017.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As políticas de crédito do Banco Volkswagen valorizam a manutenção da qualidade de ativos nos diversos contextos econômicos.

As operações de crédito e arrendamento mercantil do Banco Volkswagen em 2017 concentraram 88% de sua carteira entre os ratings AA, A, B e C.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Gestão colegiada

O Banco Volkswagen está alinhado às práticas avançadas de governança corporativa e, no seu modelo de processo decisório, possui comitês de gestão que deliberam de forma colegiada os assuntos relevantes, cabendo ao Comitê Executivo assegurar a implementação e o cumprimento das diretrizes estratégicas.

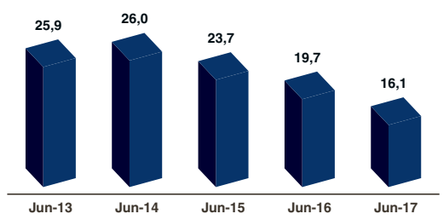
Na busca constante das melhores práticas do mercado, o Banco Volkswagen participa ativamente dos mais relevantes fóruns de discussão e entidades de classe do setor financeiro.

Compromisso com as regulamentações do setor

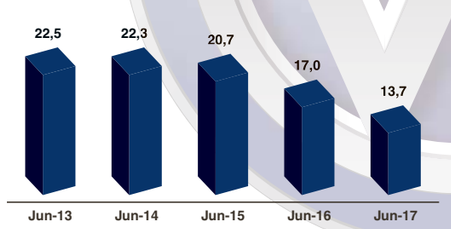
O Banco Volkswagen, como parte de um Grupo atuante em cerca de 50 países, adota práticas que atendem às necessidades da Matriz e órgãos reguladores de atividades financeiras na Alemanha.

Como empresa financeira instalada no Brasil, as operações do Banco Volkswagen estão em conformidade com os preceitos obrigatórios emanados pelas autoridades monetárias e fiscais, além da Autorregulação da Febraban, o que reflete o compromisso com a transparência e a excelência na prestação de serviços.

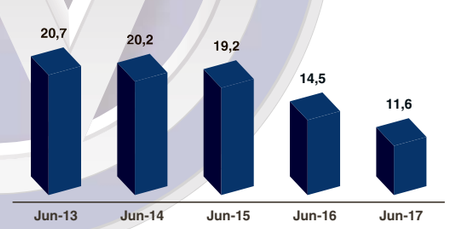
TOTAL DE ATIVOS (R$ bilhões)



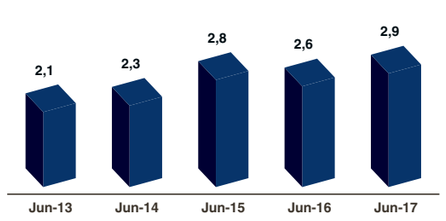
OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL (R$ bilhões)



CAPTAÇÃO (R$ bilhões)



PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R$ bilhões)



BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais

ATIVO

	2017	2016
CIRCULANTE	**9.390.343**	**10.724.360**
Disponibilidades	4.205	931
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 3)	612.755	1.268.951
Aplicações no mercado aberto	572.678	974.538
Aplicações em depósitos interfinanceiros	40.077	294.413
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	56.580	95.548
Carteira própria (Nota 4)	26.313	46.651
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	30.267	48.897
Operações de crédito (Nota 6)	7.241.623	8.688.595
Operações de crédito - setor privado	7.394.226	8.526.142
Operações de crédito vinculadas a cessão	186.817	553.859
Provisão para operações de crédito - setor privado	(339.420)	(391.406)
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6)	(500)	(1.637)
Arrendamentos a receber - setor privado	81.689	53.861
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(79.702)	(52.827)
Provisão para operações de arrendamento mercantil - setor privado	(2.487)	(2.671)
Outros créditos	1.406.916	577.138
Créditos tributários (Nota 18 (a))	1.003.268	399.621
Títulos e créditos a receber (Nota 6)	149.121	31.076
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 6)	(1.339)	(311)
Diversos (Nota 7)	255.866	146.752
Outros valores e bens	68.764	94.834
Despesas antecipadas (Nota 8)	6.836	22.600
Outros valores e bens	61.928	72.234
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**5.952.672**	**8.480.898**
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	69.472	124.263
Carteira própria (Nota 4)	69.472	124.263
Operações de crédito (Nota 6)	5.197.090	7.146.380
Operações de crédito - setor privado	5.726.056	7.572.022
Operações de crédito vinculadas a cessão	22.872	231.789
Provisão para operações de crédito - setor privado	(551.838)	(657.431)
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6)	(1.138)	(3.033)
Arrendamentos a receber - setor privado	117.223	44.211
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(115.941)	(43.090)
Provisão para operações de arrendamento mercantil - setor privado	(2.420)	(4.154)
Outros créditos	685.557	1.204.771
Créditos tributários (Nota 18 (a))	79.021	625.694
Diversos (Nota 7)	606.536	579.077
Outros valores e bens	1.691	8.517
Despesas antecipadas (Nota 8)	1.691	8.517
PERMANENTE	**717.520**	**518.964**
Investimentos	435.964	316.553
Investimento em controlada (Nota 9)	435.964	316.553
Imobilizado de uso - líquido de depreciação	12	15
Imobilizado de arrendamento (Nota 2 (g))	254.733	162.374
Bens arrendados	335.248	275.170
Depreciações acumuladas	(80.515)	(112.796)
Intangível	26.811	40.022
Ativos intangíveis - líquido de amortização	26.811	40.022
TOTAL DO ATIVO	**16.060.535**	**19.724.222**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2017	2016
CIRCULANTE	**5.165.270**	**10.009.329**
Depósitos (Nota 10)	1.339.933	938.916
Depósitos interfinanceiros	242.985	97.406
Depósitos a prazo	1.096.948	841.510
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 11)	-	2.342.936
Recursos de letras financeiras	-	2.342.936
Obrigações por empréstimos (Nota 12)	1.122.348	2.173.603
Empréstimos no País	956.602	1.471.365
Empréstimos no exterior	165.746	702.238
Obrigações por repasses - FINAME (Nota 13)	2.160.130	2.784.413
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	6.547	580.206
Outras obrigações	536.312	1.189.255
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	3.615	3.808
Fiscais e previdenciárias (Nota 14)	65.904	30.071
Credores por antecipação de valor residual (Nota 6)	31.508	39.178
Dívidas subordinadas (Nota 15)	111.155	447.849
Diversas (Nota 16)	324.130	668.349
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**7.918.497**	**6.922.437**
Depósitos (Nota 10)	2.315.212	534.398
Depósitos interfinanceiros	60.121	-
Depósitos a prazo	2.255.091	534.398
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 11)	613.772	-
Recursos de letras financeiras	613.772	-
Obrigações por repasses - FINAME (Nota 13)	2.268.041	3.651.670
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	-	442
Outras obrigações	2.721.472	2.735.927
Fiscais e previdenciárias (Nota 14)	120.529	89.187
Credores por antecipação de valor residual (Nota 6)	10.169	12.030
Provisão para contingências (Nota 14)	832.133	715.554
Dívidas subordinadas (Nota 15)	646.188	690.539
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 15)	1.049.083	956.156
Diversas (Nota 16)	63.370	272.461
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS (Nota 2 (j))	**115.551**	**171.827**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 17)	**2.861.217**	**2.620.629**
Capital social de domiciliados no País	1.307.883	1.307.883
Reserva de lucros	1.333.558	1.295.116
Lucros acumulados	219.776	17.630
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**16.060.535**	**19.724.222**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais

	2017	2016
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**1.270.750**	**889.988**
Operações de crédito	1.232.051	1.387.984
Operações de arrendamento mercantil	51.529	60.620
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	56.927	136.230
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	(69.757)	(694.846)
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**(677.100)**	**(559.419)**
Operações de captação no mercado	(306.991)	(410.538)
Operações de empréstimos e repasses	(145.479)	364.980
Operações de arrendamento mercantil	(34.743)	(47.412)
Operações de venda de ativos financeiros	(20.208)	(83.485)
Provisão para devedores duvidosos (Nota 6 (g))	(169.679)	(382.964)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**593.650**	**330.569**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	**(193.492)**	**(316.255)**
Rendas de tarifas bancárias (Nota 20 (e))	26.910	33.690
Despesas de pessoal	(913)	(2.265)
Outras despesas administrativas (Nota 20 (b))	(128.595)	(213.901)
Despesas tributárias	(17.664)	(33.743)
Resultado de participação em controlada (Nota 9)	52.374	48.832
Outras receitas operacionais (Nota 20 (c))	35.813	44.181
Outras despesas operacionais (Nota 20 (d))	(161.417)	(193.049)
RESULTADO OPERACIONAL	**400.158**	**14.314**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20 (f))	(13.214)	(9.572)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**386.944**	**4.742**
Imposto de renda (Nota 18 (c))	(82.522)	7.681
Contribuição social (Nota 18 (c))	(73.079)	6.136
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	**231.343**	**18.559**
Lucro por ação do capital social no fim do semestre - R$	0,74	0,06

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do semestre	231.343	18.559
Ajustes ao lucro líquido:		
Amortizações e depreciações	5.618	5.335
Resultado na baixa de bens de intangível	-	11
Resultado de participação em controlada	(52.374)	(48.832)
Provisão para devedores duvidosos	169.679	382.964
Juros de operações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	82.427	104.563
Resultado de obrigações por empréstimos e instrumentos financeiros derivativos	93.649	198.307
Provisão para outros valores e bens	(69)	7.233
Ajustes de passivos fiscais e previdenciárias e provisão para contigências	73.575	48.570
Tributos diferidos	53.859	(56.269)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO SEMESTRE	**657.707**	**660.441**
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21.206	454.461
Redução (aumento) em operações de crédito e arrendamento mercantil	1.203.010	1.925.849
Redução (aumento) em outros créditos e outros valores e bens	(157.815)	82.255
Imposto de renda e contribuição social pagos	(57.021)	(18.014)
VARIAÇÃO DE ATIVOS	**1.009.380**	**2.444.551**
Aumento (redução) em depósitos	1.083.511	(437.916)
Aumento (redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	(448.464)	(455.106)
Aumento (redução) em obrigações por repasses - FINAME	(997.043)	(1.114.970)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros derivativos	(625.175)	(29.513)
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos	(558.719)	(948.939)
Aumento (redução) em outras obrigações	(362.402)	(604.075)
Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros	(13.220)	(43.368)
VARIAÇÃO DE PASSIVOS	**(1.921.515)**	**(3.633.887)**
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(254.428)**	**(528.895)**
Aquisição de ativo intangível	(2.888)	(2.518)
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(2.888)**	**(2.518)**
Aumento (redução) em obrigações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital	(46.040)	-
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(46.040)**	**-**
(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(303.356)**	**(531.413)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	920.316	1.801.295
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota 2 (b))	616.960	1.269.882
(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(303.356)**	**(531.413)**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais

	Capital social realizado	Reserva de lucros: Subvenção de incentivos fiscais	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva especial de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2015	1.307.883	18.515	117.476	1.158.196	-	2.602.070
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	18.559	18.559
Destinações:						
Reserva legal	-	-	929	-	(929)	-
Em 30 de junho de 2016	1.307.883	18.515	118.405	1.158.196	17.630	2.620.629
Em 31 de dezembro de 2016	1.307.883	18.515	124.616	1.178.860	-	2.629.874
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	231.343	231.343
Destinações:						
Reserva legal	-	-	11.567	-	(11.567)	-
Em 30 de junho de 2017	1.307.883	18.515	136.183	1.178.860	219.776	2.861.217

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016
Em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Volkswagen S.A. ("Instituição") está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, e atua, principalmente, no segmento de veículos produzidos e importados pela Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda., MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda., Audi Brasil Distribuidora de Veículos Ltda., e Ducati do Brasil Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda. As operações da Instituição são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas ligadas no Brasil que atuam junto à Volkswagen do Brasil, MAN Latin América, Audi Brasil e Ducati do Brasil.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 25 de agosto de 2017.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, incluindo os dispositivos da Lei nº 11.638/07, que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404/76 e da Lei nº 6.385/76, sobre práticas contábeis, elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Instituição incluem, portanto, valor justo dos instrumentos financeiros, provisões para devedores duvidosos, para contingências, para imposto de renda ativo e passivo e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e, em relação às operações de arrendamento mercantil, segundo a Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda - MF, que considera as receitas de arrendamento mercantil calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período e o ajuste a valor presente dessas operações.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3.604/08, incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e com prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

	2017	2016
Disponibilidades - depósitos bancários	4.205	931
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Aplicações no mercado aberto	572.678	974.538
Aplicações em depósitos interfinanceiros	40.077	294.413
	616.960	1.269.882

(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo

Demonstrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos e variações monetárias auferidos até a data de balanço e, quando aplicável, ajustados aos respectivos valores de mercado ou de realização.

(d) Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

A provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos é fundamentada em análise das operações efetuadas pela administração para concluir quanto ao valor de realização de tais créditos e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais das carteiras, conforme estabelecido pela Resolução do CMN nº 2.682/99.

As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são registradas a valor presente com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos que estejam em atraso há 60 dias ou mais, passam a ter seus rendimentos reconhecidos como receita quando do efetivo recebimento das prestações. As operações em atraso acima de 360 dias são baixadas contra a correspondente provisão e controladas em conta de compensação por 5 anos.

De acordo com a Resolução do CMN nº 3.533/08, as operações de crédito cedidas desde 1º de janeiro de 2012, com retenção substancial dos riscos e benefícios, são reclassificadas para rubrica específica no ativo - Operações de crédito vinculadas à cessão (Nota 6 (c)) em contrapartida aos valores recebidos que são registrados em rubrica no passivo - Outras obrigações diversas (Nota 16). Para cada operação de cessão, o ativo é atualizado pela taxa do contrato com o cliente e o passivo pela taxa do contrato de cessão, ambos pelos respectivos períodos de competência.

Desde 02 de janeiro de 2015, de acordo com a Circular BACEN nº 3.693/13, as despesas com comissões pagas pelas operações de crédito ou arrendamento mercantil originadas são reconhecidas no resultado na data da contratação, repactuação ou renovação dessas operações. As despesas anteriores a esta data são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo dos respectivos contratos.

(e) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Títulos e valores mobiliários, conforme Circular BACEN nº 3.068/01, são classificados de acordo com a intenção da administração em:

I - Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;

II - Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

III - Títulos disponíveis para venda - não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos (Nota 5) da Instituição foram registrados de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e são contabilizados pelo valor de mercado, com ganhos e perdas reconhecidos no resultado do exercício, inclusive as operações com finalidade de *hedge*, as quais são destinadas a *hedge* de risco de mercado.

(f) Ativo permanente

Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: (i) a participação em controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial; (ii) a depreciação do imobilizado e a amortização do intangível são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

(g) Operações de arrendamento mercantil

I - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear e as taxas de depreciação utilizadas são as normais admissíveis, sendo de 20% para veículos. Foi considerada a redução de 30% na vida útil-econômica do bem, de acordo com a Portaria MF nº 140/84.

II - Perdas em arrendamentos

As perdas apuradas ao término dos contratos de arrendamento mercantil são registradas no ativo diferido, mas, para fins de divulgação, estão classificadas em imobilizado de arrendamento e são amortizadas nos prazos remanescentes da vida útil dos bens arrendados. No balanço patrimonial, estas perdas e as amortizações, no montante líquido de R$ 4.240 (2016 - R$ 5.768) foram classificadas para as linhas de bens arrendados e depreciações acumuladas respectivamente. Os ganhos são registrados no resultado.

III - Superveniência/(insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis são mantidos conforme exigências legais, específicas para sociedades de arrendamento mercantil. Os procedimentos adotados para rendas a apropriar de arrendamento mercantil e perdas em arrendamento (item II) diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor atual das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se em receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida à superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente. A superveniência/(insuficiência) de depreciação é registrada no imobilizado de arrendamento, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

A despesa de insuficiência de depreciação registrada no semestre findo em 30 de junho de 2017 é de R$ 4.345 (2016 - R$ 16.856) e está apresentada na rubrica de despesa com operações de arrendamento mercantil. O saldo acumulado da superveniência no semestre findo em 30 de junho de 2017 é de R$ 34.398 (2016 - R$ 45.482) e está registrado na rubrica de imobilizado de arrendamento.

(h) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos até a data do balanço.

(i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para o imposto de renda - IRPJ foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites. A provisão para contribuição social - CSLL foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável antes do imposto de renda até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015. Em 06 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, que determinou o aumentou da CSLL de 15% para 20% temporariamente, compreendendo o período de setembro de 2015 a dezembro de 2018.

O passivo tributário diferido decorre, principalmente, da atualização de depósitos judiciais e da superveniência de depreciação. Os créditos tributários foram constituídos com base nas alíquotas vigentes.

continua...

Jornal Valor --- Página 6 da edição "29/08/2017 1a CAD C" ---- Impressa por mpamplona às 28/08/2017@20:34:23

...continuação

Banco Volkswagen S.A.

CNPJ nº 59.109.165/0001-49
Rua Volkswagen, 291 - São Paulo - SP

Filiado à ANEF — Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras

Associado Mantenedor - desde 2010 IBGC Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

www.bancovw.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

(j) Resultado de exercícios futuros

Representa, principalmente, o valor das parcelas de receitas contratuais recebidas antecipadamente que serão apropriadas ao resultado de acordo com os prazos dos contratos de financiamento e arrendamento mercantil aos quais se referem.

(k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

I - Ativos contingentes - os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização;

II - Passivos contingentes - os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente quando, baseado na opinião dos assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

III - Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, e têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

(l) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Com base em análise anual da administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros da Instituição, exceto créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso, é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável desses ativos no resultado do exercício. Nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, não foram registradas perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

3. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Aplicações no mercado aberto		Aplicações em depósitos interfinanceiros	
	2017	2016	2017	2016
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	421.787	286.996	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	13.891	400.544	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	137.000	286.998	-	-
Pós-fixado DI	-	-	40.077	294.413
	572.678	974.538	40.077	294.413

As aplicações no mercado aberto referem-se a operações compromissadas de compra com compromisso de revenda, e possuem prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Instituição adquiriu quotas subordinadas, classificadas como títulos mantidos até o vencimento, de fundos de investimentos em direitos creditórios sob a forma de condomínio fechado com prazos de duração de 5 anos contados a partir da data de emissão, administrados pela BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Em 30 de junho, sua composição é a seguinte:

Início	FIDC	2017	2016
07/2012	Driver Brasil One Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos (“FIDC Driver One”)	26.312	46.651
12/2013	Driver Brasil Two Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos (“FIDC Driver Two”)	34.421	33.955
12/2015	Driver Brasil Three Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos (“FIDC Driver Three”)	35.052	90.308
		95.785	170.914
	Circulante	26.313	46.651
	Realizável a longo prazo	69.472	124.263

Os títulos e valores mobiliários são valorizados pelo valor da quota do último dia útil, divulgado no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos da Instituição, cujo propósito é de proteção dos ativos e passivos próprios, estão custodiados na Central de Custódia de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP e encontram-se registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data.

Os instrumentos financeiros derivativos são valorizados a mercado com base nas cotações divulgadas na BMF&Bovespa “B3” aplicáveis a operações com características e prazos similares.

Em 30 de junho, a carteira de derivativos é formada por operações de swap de taxa de juros e de variação cambial, conforme abaixo:

				2017
Tipo	Valor nocional	Ativo	(Passivo)	Receita (Despesa)
Swap - Pré x DI	210.417	548	-	4.040
Swap de variação cambial - *hedge* de risco de mercado	1.111.657	29.719	(6.547)	(73.798)
		30.267	(6.547)	(69.757)
Circulante		30.267	(6.547)	

				2016
Tipo	Valor nocional	Ativo	(Passivo)	Receita (Despesa)
Swap - Pré x DI	784.110	-	(442)	2.757
Swap de variação cambial - *hedge* de risco de mercado	2.540.267	48.897	(580.206)	(697.603)
		48.897	(580.648)	(694.846)
Circulante		48.897	(580.206)	
Realizável/exigível a longo prazo		-	(442)	

Hedge

A estratégia de *hedge* da Instituição visa proteger o risco da moeda estrangeira dos empréstimos no exterior, como disposto na Circular BACEN nº 3.082/02. A relação entre o instrumento e o objeto de *hedge*, além das políticas e objetivos da gestão de risco, foram documentadas no início da operação. Também foram documentados os testes de efetividade prospectivos e retrospectivos, ficando confirmado que os derivativos designados são altamente efetivos na compensação da variação do valor de mercado dos empréstimos no exterior. As operações de *hedge* mantidas pela Instituição em 30 de junho são classificadas como *hedge* de risco de mercado e visam mitigar o risco de variação cambial. Para se proteger da exposição à variação cambial do Euro e Dólar proveniente da contratação de empréstimos no exterior, a Instituição possui contratos de swap a vencer até o mês de março de 2018 com valor nocional no montante de R$ 1.111.657 (2016 - R$ 2.540.267). Tais instrumentos financeiros derivativos geraram ajuste a valor de mercado negativo com reflexo no resultado de R$ 73.798 (2016 - negativo em R$ 697.603).

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02. Em 30 de junho de 2017 e de 2016, não há parcela inefetiva relacionada a essas operações de *hedge*.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS

Os principais parâmetros para a classificação das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos e para a constituição da provisão estabelecidos pela Resolução do CMN nº 2.682/99 são: as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são classificadas em nove níveis de risco; as respectivas provisões são efetuadas com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela Resolução e levam em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

(a) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2017	2016
Operações de crédito	13.329.971	16.883.812
Operações de arrendamento mercantil	216.325	113.321
Outros créditos - títulos e créditos a receber	149.121	31.076
	13.695.417	17.028.209

(b) Valor presente da carteira de arrendamento mercantil

	2017	2016
Operações de arrendamento mercantil (exceto PDD)	3.269	2.155
Bens arrendados	323.118	264.543
Depreciação acumulada de bens arrendados	(107.023)	(153.419)
Superveniência de depreciação	34.398	45.482
Perdas em arrendamento a amortizar (valor residual)	12.130	10.627
Amortização acumulada de perdas em arrendamento	(7.890)	(4.859)
Credores por antecipação de valor residual	(41.677)	(51.208)
	216.325	113.321

Os contratos de arrendamentos a receber possuem vencimentos até 2021 e os bens arrendados possuem compromissos para venda aos arrendatários ao término dos respectivos contratos no montante de R$ 88.677 (2016 - R$ 26.903), sendo que desse total R$ 41.677 (2016 - R$ 51.208) foram recebidos antecipadamente. Os contratos de arrendamento mercantil possuem cláusulas de opção de compra e podem ser pactuados com cláusulas de correção monetária postecipada.

(c) Operações de crédito vinculadas a cessão

A Instituição realizou cessões de crédito na modalidade “CDC” para fundos de investimentos em direitos creditórios, dos quais a Instituição detém a totalidade das quotas subordinadas (Nota 4). Conforme estabelecido na Resolução do CMN nº 3.533/08, as referidas cessões foram classificadas na categoria “com retenção substancial de risco e benefícios” e, portanto, o ativo cedido foi registrado em rubrica de operações de crédito vinculadas a cessão e o passivo registrado como obrigações por transferência de ativos com coobrigação (Nota 16). Os valores presentes à época e o valor da posição atual são:

i) Valor presente a época

	Data início	Ativo	Passivo
FIDC Driver One	07/2012	899.462	1.007.150
FIDC Driver Two	12/2013	1.021.745	1.067.758
FIDC Driver Three	12/2015	1.096.939	1.083.880
		3.018.146	3.158.788

ii) Saldo contábil

	Ativo		Passivo	
	2017	2016	2017	2016
FIDC Driver One	279	13.751	22.063	38.046
FIDC Driver Two	29.145	121.940	39.534	133.781
FIDC Driver Three	180.265	649.957	184.460	649.134
	209.689	785.648	246.057	820.961

(d) Distribuição da carteira por nível de risco e provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

					2017
	Curso anormal				
Nível de risco	Vincendas	Vencidos	Curso normal	Total	Provisão
AA	-	-	418.240	418.240	57
A	-	-	8.182.483	8.182.483	41.856
B	83.902	38.377	1.869.172	1.991.451	19.914
C	185.445	13.380	1.238.702	1.437.527	43.141
D	151.645	15.491	438.264	605.400	59.828
E	148.561	21.245	187.851	357.657	107.675
F	51.381	12.781	28.608	92.770	46.385
G	54.659	12.785	36.698	104.142	72.901
H	258.991	119.225	127.531	505.747	505.747
	934.584	233.284	12.527.549	13.695.417	897.504

					2016
	Curso anormal				
Nível de risco	Vincendas	Vencidos	Curso normal	Total	Provisão
AA	-	-	419.967	419.967	57
A	-	-	10.903.851	10.903.851	56.150
B	351.552	29.475	1.798.205	2.179.232	21.783
C	304.569	25.846	1.428.658	1.759.073	52.789
D	192.989	19.543	318.709	531.241	53.125
E	131.034	36.537	195.035	362.606	110.778
F	100.184	23.537	21.661	145.382	72.856
G	82.659	25.891	22.053	130.603	92.181
H	331.586	133.830	130.838	596.254	596.254
	1.494.573	294.659	15.238.977	17.028.209	1.055.973

(e) Distribuição da carteira por prazo de vencimento das parcelas para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

			2017
vincendas	Curso anormal	Curso normal	Total
Até 180 dias	271.891	4.634.749	4.906.640
De 181 a 360 dias	218.492	2.646.064	2.864.556
Acima de 361 dias	444.201	5.186.433	5.630.634
	934.584	12.467.246	13.401.830
vencidos			
De 01 a 14 dias	30.828	60.303	91.131
De 15 a 60 dias	61.780	-	61.780
De 61 a 180 dias	91.895	-	91.895
De 181 a 360 dias	48.781	-	48.781
	233.284	60.303	293.587
	1.167.868	12.527.549	13.695.417

			2016
vincendas	Curso anormal	Curso normal	Total
Até 180 dias	420.582	5.214.966	5.635.548
De 181 a 360 dias	328.349	3.129.222	3.457.571
Acima de 361 dias	745.642	6.855.250	7.600.892
	1.494.573	15.199.438	16.694.011
vencidos			
De 01 a 14 dias	10.276	39.539	49.815
De 15 a 60 dias	118.542	-	118.542
De 61 a 180 dias	110.132	-	110.132
De 181 a 360 dias	55.709	-	55.709
	294.659	39.539	334.198
	1.789.232	15.238.977	17.028.209

(f) Distribuição da carteira por ramo de atividade para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2017	2016
Pessoas físicas	5.439.154	6.810.119
Outros serviços	4.543.192	5.619.392
Comércio	3.053.750	3.771.713
Indústria	595.906	773.195
Rural	37.446	33.495
Habitação	18.559	15.204
Intermediário financeiro	7.410	5.091
	13.695.417	17.028.209

(g) Movimentação da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2017	2016
Saldo inicial	1.072.743	960.899
Constituição de provisão	169.679	382.964
Baixas por utilização	(344.918)	(287.890)
Saldo final	897.504	1.055.973

Foram recuperados créditos no montante de R$ 130.582 (2016 - R$ 101.105). Foram renegociados créditos no montante de R$ 21.150 (2016 - R$ 49.701) e o saldo das operações renegociadas com clientes, nos termos da Resolução do CMN nº 2.682/99, em 30 de junho é de R$ 183.767 (2016 - R$ 173.360).

7. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2017	2016
Devedores por depósitos e bloqueios judiciais (Nota 14 (a))	597.508	488.377
Devedores diversos - país, principalmente valores em trânsito	203.094	130.006
Impostos e contribuições a compensar	61.800	107.446
Total	862.402	725.829
Circulante	255.866	146.752
Realizável a longo prazo	606.536	579.077

8. DESPESAS ANTECIPADAS

Referem-se a comissões de operações de crédito e arrendamento mercantil originadas até 31 de dezembro de 2014, sendo apropriadas ao resultado de acordo com o prazo dos respectivos contratos. As despesas apropriadas referentes a estas comissões no semestre findo em 30 de junho de 2017 são de R$ 7.925 (2016 - R$ 22.752). O saldo acumulado das despesas antecipadas é de R$ 8.527 (2016 - R$ 31.117).

9. INVESTIMENTO EM CONTROLADA

	Consórcio Nacional Volkswagen	
Informações sobre a investida:	2017	2016
Número de quotas	300.006.232	300.006.232
Participação no capital	99,99%	99,99%
Lucro líquido do semestre	52.374	48.832
Patrimônio líquido	435.964	316.553
Resultado de equivalência patrimonial	52.374	48.832
Investimento	435.964	316.553

10. DEPÓSITOS

A carteira de depósitos está custodiada na CETIP, indexada a taxas pós-fixadas que variam de 98,0% a 106,7% do DI (2016 - 98,0% a 107,0% do DI).

Em 30 de junho, é composta como segue:

	2017		2016	
	Interfinanceiros	A prazo	Interfinanceiros	A prazo
Até 90 dias	60.671	156.121	60.877	114.846
De 91 a 365 dias	182.314	940.827	36.529	726.664
De 1 a 3 anos	60.121	1.812.530	-	440.585
Acima de 3 anos	-	442.561	-	93.813
Total	303.106	3.352.039	97.406	1.375.908

11. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Referem-se a obrigações representadas por letras financeiras emitidas pela Instituição, custodiadas na CETIP, no montante de R$ 613.772, indexadas a taxas pós-fixadas que variam de 104,0% a 105,0% do DI, com vencimento até o mês de junho de 2019 (2016 - R$ 2.342.936 de 99,0% a 106,4% do DI, com vencimento até o mês de junho de 2017).

12. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Referem-se a captações de recursos no país e no exterior no valor de USD 337.356 (2016 - USD 660.000). O montante das obrigações por empréstimos atualizado em 30 de junho de 2017 é de R$ 1.122.348 (2016 - R$ 2.173.603) a taxas de juros préfixadas que variam de 2,3% a 2,5% ao ano (2016 - 2,0% a 4,5% ao ano).

Estes empréstimos foram avaliados ao valor de mercado nas mesmas condições que seus instrumentos derivativos para a cobertura de riscos com a variação cambial e taxa de juros, por se tratar de item objeto de *hedge* de risco de mercado nos parâmetros estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.082/02 (Nota 5).

Em 30 de junho, os prazos de vencimentos das obrigações por empréstimos são:

	Obrigações por empréstimos			
	2017		2016	
	No exterior	No país	No exterior	No país
Até 90 dias	-	743.745	330.293	480
De 91 a 365 dias	165.746	212.857	371.945	1.470.885
Total	165.746	956.602	702.238	1.471.365

13. OBRIGAÇÕES POR REPASSES - FINAME

Referem-se às obrigações por recursos obtidos para repasses junto à Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME. A distribuição das obrigações por repasses - FINAME por prazo de vencimento é:

	2017	2016
Até 90 dias	618.600	762.824
De 91 a 365 dias	1.541.530	2.021.589
De 1 a 3 anos	1.883.727	3.014.453
Acima de 3 anos	384.314	637.217
Total	4.428.171	6.436.083

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS E PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

(a) Em 30 de junho, a Instituição apresentava os seguintes passivos relacionados a obrigações fiscais e previdenciárias, provisão para contingências e correspondentes depósitos e bloqueios judiciais:

	Fiscais e previdenciárias	
	2017	2016
Obrigações tributárias correntes (i)	94.728	58.852
Passivos tributários diferidos (Nota 18 (b))	91.705	60.406
Total	186.433	119.258
Circulante	65.904	30.071
Exigível a longo prazo	120.529	89.187

(i) Referem-se, basicamente, à provisão para imposto de renda e contribuição social.

	Provisão para contingências		Depósitos e bloqueios judiciais	
	2017	2016	2017	2016
Reclamações trabalhistas (Nota 14 (c))	11.386	9.635	7.164	7.174
Riscos fiscais	663.189	537.130	506.837	434.101
Reclamações cíveis (Nota 14 (c))	157.487	168.727	83.507	47.102
Outras provisões	71	62	-	-
Total	832.133	715.554	597.508	488.377
Exigível/realizável a longo prazo	832.133	715.554	597.508	488.377

(b) Em 30 de junho, a movimentação da provisão para contingências é demonstrada a seguir:

	Provisão para contingências	
	2017	2016
Saldo inicial	767.170	747.983
Constituição	66.064	49.834
Reversão	(19.285)	(30.890)
Baixa (i)	(8.612)	(80.999)
Atualização monetária	26.796	29.626
Saldo final	832.133	715.554

(i) Refere-se, basicamente, a baixa de provisão para contingências de ação cível.

A administração da Instituição avalia as possibilidades de perdas, ajustando a provisão para contingências conforme requerido. Em 30 de junho, as principais contingências provisionadas estavam relacionadas a processos judiciais de ordens trabalhistas, fiscais e cíveis em andamento. Baseada na opinião de seus advogados, a administração mantém registradas provisões em montante considerado suficiente para fazer face a perdas decorrentes do desfecho destes processos.

(c) A natureza das provisões para contingências pode ser sumariada como segue:

Riscos Fiscais - referem-se, principalmente, à discussão da inconstitucionalidade da majoração da alíquota da CSLL paga pelas instituições financeiras de 9% para 15% e de 15% para 20% que somam o montante de R$ 336.001 (2016 - R$ 271.158) e à discussão quanto à adequada interpretação das regulamentações acerca da exclusão dos juros moratórios da base de cálculo do IRPJ e CSLL, que somam o montante de R$ 220.407 (2016 - R$ 170.465).

Reclamações trabalhistas - tratam-se de ações trabalhistas que envolvem pedidos de diferenças salariais, pagamentos de horas extras, diferenças na participação nos lucros e resultados e os mais variados temas referentes ao contrato de trabalho, provisionadas com base na expectativa de êxito e valor discutido na ação judicial.

Reclamações cíveis - as principais ações estão relacionadas a reclamações de clientes, órgãos e entidades diversas de defesa do consumidor, buscando rever cláusulas contratuais sob a alegação de abusividade, as quais são provisionadas considerando a expectativa de êxito e histórico de perdas da Instituição.

(d) Passivos contingentes, classificados como perdas possíveis não provisionados**.**

A Instituição tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	2017	2016
Tributárias		
IOF (i)	586.761	546.839
IRPJ/CSLL (ii)	250.982	297.044
ISS (iii)	256.856	102.486
CPMF (iv)	53.021	51.617
INSS (v)	25.579	24.120
Outros	41.859	45.601
	1.215.058	1.067.707
Cíveis		
Ação revisional	13.187	11.185
	13.187	11.185
Trabalhistas		
Contingências trabalhistas	9.916	8.232
	9.916	8.232

(i) Discussão acerca da incidência de IOF sobre o ingresso de valores em 2007.

(ii) Discussão de IRPJ/CSLL e multa referente amortização de ágio dos períodos de 2008 a 2012, decorrente da incorporação da Volkswagen Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil pelo Banco Volkswagen S.A.

(iii) Discussão acerca da incidência de ISS sobre o valor residual garantido de operações de arrendamento mercantil em 2014.

(iv) Discussão acerca da aplicação da alíquota zero da CPMF incidente sobre captação de recursos para operações de arrendamento mercantil.

(v) Discussão acerca da definição do responsável tributário pelo recolhimento do INSS incidente sobre o pagamento de bonificações em razão da intermediação de contratos de financiamento.

15. DÍVIDAS SUBORDINADAS E INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS A CAPITAL

Referem-se a notas de negociação de Letras Financeiras sob a condição de dívidas subordinadas nos termos de núcleo de subordinação com resgate final no vencimento, custodiadas na CETIP. Em 30 de junho, são compostas como segue:

	Valor original da operação		Saldo	
Prazo até o vencimento	2017	2016	2017	2016
Até 1 ano	58.389	235.111	111.155	447.849
De 1 a 3 anos	107.898	112.151	201.153	191.386
De 3 a 5 anos	112.367	100.115	204.480	167.262
De 5 a 10 anos	786.464	485.895	1.289.638	783.054
Acima de 10 anos	-	366.957	-	504.993
	1.065.118	1.300.229	1.806.426	2.094.544

Todas as operações são remuneradas a taxas préfixadas que variam de 8,7% a 10,8% ao ano (2016 - R$ 1.707.579 remuneradas a taxas préfixadas que variam de 8,7% a 11,0% ao ano, e R$ 386.965, a taxas pós-fixadas de 112,0% do DI).

Os instrumentos de dívidas subordinadas que atendem aos requisitos da Resolução do CMN nº 4.192/13 devem ser destacados em conta distinta, na rubrica “instrumentos de dívidas elegíveis a capital”. Em 30 de junho de 2017, o montante referente a esses passivos é de R$ 1.049.083 (2016 - R$ 956.156). As demais operações continuam sendo registradas em “dívidas subordinadas”, inclusive aquelas que possuíam aprovação do BACEN para compor o Nível II de capital anterior à norma vigente.

Em 30 de junho de 2017, o valor utilizado como Nível II do patrimônio de referência da Instituição, após reduções aplicáveis de acordo com o prazo de vencimento das operações, conforme artigo 27 da referida Resolução, é de R$ 956.918 (2016 - R$ 966.118).

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	2017	2016
Obrigações por transferência de ativos com coobrigação (Nota 6 (c))	246.057	820.961
Recebimentos em trânsito a processar	88.574	31.563
Contas a pagar	27.321	59.863
Provisão para pagamentos a efetuar	12.456	10.932
Outras	13.092	17.491
Total	387.500	940.810
Circulante	324.130	668.349
Exigível a longo prazo	63.370	272.461

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social, totalmente subscrito, integralizado e aprovado pelo BACEN é representado por 312.956.418 (2016 - 312.956.418) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Do lucro líquido do período, 5% se aplicam, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não pode exceder a 20% do capital social. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado após destinações previstas na legislação societária brasileira.

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os créditos tributários foram calculados e reconhecidos sobre diferenças temporárias, principalmente de provisões para perdas de operações de crédito e para contingências no valor de R$ 1.082.289 (2016 - R$ 1.025.315), considerando as expectativas de geração de lucros tributáveis, com base em estudos técnicos que consideram as projeções da administração quanto à sua realização.

(a) Créditos tributários - período de realização

	Dez/2017	Jun/2018	Jun/2019	Jun/2020	Jun/2021	A partir Jun/2022	Total
Imposto de renda e contribuição social	494.500	508.768	23.626	14.846	22.269	18.280	1.082.289

O valor presente dos créditos tributários em 30 de junho totaliza R$ 954.923 (2016 - R$ 821.004) descontados à taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários.

(b) Movimentação dos créditos tributários e dos passivos tributários diferidos

	Créditos tributários		Passivos tributários diferidos	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	1.124.206	968.204	79.764	59.564
Constituição	208.229	361.502	29.777	8.427
Realização	(250.146)	(304.391)	(17.836)	(7.585)
Saldo final	1.082.289	1.025.315	91.705	60.406

(c) Conciliação dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	2017	2016
Resultado antes da tributação	386.944	4.742
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(174.125)	(2.134)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Adições (exclusões) permanentes e temporárias	(4.436)	(4.130)
Equivalência patrimonial (Nota 9)	23.568	21.975
Deduções de incentivos fiscais	-	200
Outros	(608)	(2.094)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no semestre	(155.601)	13.817

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	2017	2016	2017	2016
Volkswagen Serviços Ltda.				
Despesas de prestação de serviços	-	-	-	(148.625)
Depósitos a prazo	(24.227)	(32.183)	(1.322)	(2.218)
Consórcio Nacional Volkswagen - Administradora de Consórcio Ltda.				
Depósitos a prazo	(399.346)	(284.438)	(20.201)	(15.962)
Volkswagen Corretora de Seguros Ltda.				
Depósitos a prazo	(22.997)	(11.268)	(1.409)	(2.153)
Volkswagen Administradora de Negócios Ltda.				
Depósitos a prazo	(8.452)	(1.970)	(206)	(127)
Simple Way Locações e Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	(20.434)	(44.365)	(506)	(3.214)
Volkswagen Participações Ltda.				
Depósitos a prazo	(87.278)	(22.105)	(4.540)	(175)
Contas a pagar	(12.662)	-	-	-
Outras despesas administrativas	-	-	(71.816)	-
Fleetzil Locações e Serviços Ltda.				
Depósitos a prazo	(39.402)	-	(2.202)	-
Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda.				
Depósitos a prazo	(621.468)	-	(32.260)	(20.540)
Letras financeiras subordinadas	(1.806.427)	(2.094.544)	(82.427)	(104.563)
MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda.				
Contas a receber	186	1.755	519	4.254
Volkswagen Financial Services NV				
Obrigações por empréstimos no exterior	-	-	-	(6.309)
Volkswagen Financial Services AG				
Contas a pagar	(1.549)	(3.530)	(1.549)	(3.530)

continua...

Jornal Valor --- Página 7 da edição "29/08/2017 1a CAD C" ---- Impressa por mpamplona às 28/08/2017@20:34:05

...continuação

Banco Volkswagen S.A.

CNPJ nº 59.109.165/0001-49
Rua Volkswagen, 291 - São Paulo - SP

Filiado à ANEF
Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras

Associado
Mantenedor - desde 2010
IBGC
Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

www.bancovw.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando-se em consideração a redução de risco. Não há lucros não realizados financeiramente entre as partes relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoal-chave da administração são as pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Instituição, composto pelos diretores e membros do Comitê Executivo.

A remuneração proporcional dos serviços prestados à Instituição no período corresponde a:

	2017	2016
Benefícios de curto prazo	2.617	5.598
Benefícios pós-emprego	45	95
Outros benefícios de longo prazo	140	820
	2.802	6.513

A remuneração do pessoal chave da administração é paga por uma das empresas do Grupo.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Em consonância com a regulamentação vigente, as práticas adotadas no mercado e as recomendações do comitê da Basileia, a Instituição, para suportar o adequado gerenciamento de seus riscos, adota as seguintes práticas:

(i) Risco de Crédito - consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a mitigação e controle, a Instituição estabeleceu a diretoria da área de *Back Office* como a responsável pela sua gestão, e a área de Riscos, subordinada a esta diretoria, como responsável por estabelecer políticas internas e processos para acompanhamento periódico das atividades de crédito, monitoramento do risco e identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito;

(ii) Risco Operacional - em conformidade com a Resolução do CMN nº 3.380/06 e Circular BACEN nº 3.678/13, a Instituição estabeleceu a diretoria da área de *Back Office* como a responsável pela gestão do risco operacional, e a área de Riscos, subordinada a esta diretoria, tem a responsabilidade de estabelecer metodologias, políticas, procedimentos internos para identificação e monitoramento dos riscos, além de divulgar e disseminar tais elementos de gestão de riscos. A Instituição captura e registra as perdas operacionais em base histórica, identifica e monitora os riscos operacionais em toda organização, apoia a definição e captura os indicadores chave de risco operacional para acompanhamento dos níveis de risco aceitáveis, avalia e monitora os riscos decorrentes de serviços terceirizados relevantes, elabora e monitora um plano de contingência que assegure a continuidade das atividades críticas;

(iii) Risco de Mercado - em conformidade com a Resolução do CMN nº 3.464/07, a área de Gerenciamento de Risco de Mercado atua de forma independente das áreas de negócios e é subordinada à diretoria de *Back Office*. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas do mercado nacional e internacional, diariamente o risco de mercado é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais estabelecidos em Comitê específico;

(iv) Risco de Liquidez - em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.090/12, a área de Gerenciamento de Risco de Liquidez atua de forma independente das áreas de negócios e é subordinada à diretoria de *Back Office*. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores, e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas do mercado nacional e internacional, diariamente o risco de liquidez é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais estabelecidos em Comitê específico;

(v) Em conformidade com a Resolução do CMN nº 3.988/11, a Instituição possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido pela Instituição, avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita e realizar o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. As atividades funcionais do gerenciamento de capital são realizadas nas áreas da diretoria de *Back Office*; as decisões sobre políticas e estratégias para gestão do capital e seu monitoramento são realizadas em comitês gerenciais, cabendo ao Comitê Executivo o papel de supervisão para assegurar que o nível de capital aprovado e requerido está sendo seguido. O plano de capital é realizado para um horizonte de cinco anos, a fim de suportar a estratégia de longo prazo da Instituição.

Maiores detalhes da estrutura de gerenciamento de Risco de Crédito, Risco Operacional, Risco de Mercado, Risco de Liquidez e Gestão de Capital estão disponíveis no site: www.bancovw.com.br/br/home/institucional /relacionamento-investidor/gestao-de-risco.

(vi) Risco Socioambiental - em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.327/14 e normativo do Sistema de Autorregulação Bancária ("SARB") nº 14 da Federação Brasileira de Bancos ("FEBRABAN"), que estabelecem as diretrizes a serem observadas na implantação da Política de Responsabilidade Socioambiental ("PRSA"), a Instituição estabeleceu a diretoria da área *Back Office* como a responsável pela gestão da responsabilidade socioambiental, cuja estrutura controla e monitora a questão seguindo normas de órgãos reguladores e corporativas. A Instituição estabeleceu uma estrutura de governança que busca prover condições para o tratamento adequado das questões socioambientais dentro do escopo definido, monitorar o cumprimento das ações estabelecidas, avaliar a efetividade das ações implementadas, bem como identificar eventuais deficiências e necessidades de ajustes. O gerenciamento de risco socioambiental monitora a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes de danos socioambientais, a fim de determinar estas perdas financeiras, e para tal, são considerados também aspectos legais, de risco de crédito e de reputação.

(b) Outras despesas administrativas

	2017	2016
Despesas com serviços especializados	99.963	179.260
Despesas com registro de contrato	15.062	14.522
Despesas de comunicação e manutenção	6.383	8.258
Despesas com depreciação e amortização	5.618	5.335
Despesas com publicidade	556	3.283
Outras despesas administrativas	1.013	3.243
	128.595	213.901

(c) Outras receitas operacionais

	2017	2016
Variação monetária ativa (i)	21.152	22.346
Recuperação de encargos e despesas	13.889	13.155
Reversão de provisões	386	7.459
Outras receitas operacionais	386	1.221
	35.813	44.181

(i) Refere-se à atualização monetária de depósitos judiciais.

(d) Outras despesas operacionais

	Exercícios	
	2017	2016
Despesas com descontos concedidos	50.037	52.844
Despesas com comissões	44.645	59.745
Variação monetária passiva (Nota14(b))	26.796	29.626
Despesas com busca e apreensão	17.108	24.661
Despesas com provisões operacionais (i)	11.541	10.813
Outras despesas operacionais	11.290	15.360
	161.417	193.049

(i) Refere-se, principalmente, a despesas com provisão para contingências e obrigações tributárias.

(e) Rendas de tarifas bancárias

Referem-se, principalmente, a tarifas de confecção de cadastro, apropriadas ao resultado quando da efetivação das operações.

(f) Resultado não operacional

Refere-se, ao resultado negativo na alienação de bens não de uso no montante de R$ 13.214 (2016 - R$ 9.372).

(g) Avais e fianças

Referem-se à carta de fiança bancária emitida pela Instituição, com a finalidade de garantir débitos discutidos em processos judiciais. O saldo em 30 de junho de 2017 totaliza R$ 7.130 (2016 - R$ 6.316), cuja provisão é de R$ 71 (2016 - R$ 63), em conformidade com a Resolução do CMN nº 2.682/99.

DIRETORIA

FABRIZIO RUGGIERO — RAFAEL VIEIRA TEIXEIRA — FABIANA PALAZZO BARBOSA

CONTADORA

CAMILA FALEIROS DEL POENTE - CRC 1SP290887/O-8

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento à Resolução nº 3198/2004, do Conselho Monetário Nacional, e suas alterações posteriores, em Assembleia Geral Extraordinária do Banco Volkswagen S.A. ("Banco Volkswagen") realizada em 27.03.2009, foi aprovada a criação do Comitê de Auditoria do Banco Volkswagen.

Nos termos do Estatuto Social do Banco Volkswagen, o Comitê de Auditoria é composto, atualmente, por 03 (três) membros, eleitos na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2017, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2019.

Atuando com independência e em consonância com as disposições do Estatuto Social do Banco Volkswagen, do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, e da regulamentação aplicável, o Comitê de Auditoria tem como principais atribuições: (i) avaliar a qualidade e efetividade do sistema de controles internos e do gerenciamento de riscos do Banco Volkswagen; (ii) avaliar a atuação, qualificação e independência das Auditorias Interna e Independente; e (iii) analisar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras do Banco Volkswagen elaboradas pela Administração.

A Administração é responsável pelas políticas, processos e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações financeiras do Banco Volkswagen e na originação das informações utilizadas em sua elaboração. A Administração é, também, responsável pelas políticas, processos e procedimentos de controles internos que assegurem o adequado controle e monitoramento dos riscos do Banco Volkswagen e pela conformidade de suas atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna atua de forma independente na realização de trabalhos de aferição da adequação dos processos, na avaliação dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos e na avaliação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, inclusive aqueles adotados na elaboração dos relatórios contábeis e financeiros.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis e emissão de opinião sobre a sua adequação, em todos os aspectos relevantes, em relação à posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Avalia, também, como resultado de seus trabalhos, a qualidade e adequação do sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Dentre as atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2017, destacam-se: (i) a revisão das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2017, incluindo notas explicativas, relatório da Administração e parecer da Auditoria Independente; (ii) o acompanhamento da efetividade das Auditorias Interna e Independente, inclusive quanto à definição e consecução de seu planejamento de trabalhos e à verificação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis ao Banco Volkswagen, além de regulamentos e políticas internas; (iii) a avaliação da efetividade dos sistemas de gestão de riscos e de controles internos do Banco Volkswagen; (iv) a realização de reuniões periódicas com executivos das áreas de gestão de riscos, tecnologia, jurídico, tributário e compliance, contabilidade, controles internos, atendimento ao cliente e ouvidoria; e (v) o acompanhamento das ações desenvolvidas pela Administração para atender às recomendações feitas pelos órgãos reguladores e pelas Auditorias Interna e Independente.

Durante o desenvolvimento de suas atividades o Comitê de Auditoria formulou recomendações à Administração, com objetivo de robustecer o ambiente de controles internos.

O Comitê de Auditoria, com base nas informações recebidas da Administração, nos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Independente, conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, ou regulamentos e políticas internas que possam colocar em risco a continuidade das operações do Banco Volkswagen.

A política de independência e os trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Independente no semestre findo em 30 de junho de 2017 também foram avaliados pelo Comitê de Auditoria, que constatou não haver evidências ou fatos que possam prejudicar sua atuação, sua opinião sobre a integridade das demonstrações financeiras e a postura independente de suas ações.

As atividades da Auditoria Interna foram acompanhadas pelo Comitê de Auditoria por meio de reuniões periódicas e da aprovação de seu plano anual e do acompanhamento de sua execução, relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2017, que constatou que os trabalhos produzidos pela Auditoria Interna têm respondido adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria para formar sua opinião sobre os riscos e controles da organização.

Por todo o exposto, conclui o Comitê de Auditoria que: (i) os sistemas de gestão de riscos e controles internos são adequados ao porte e à complexidade dos negócios, não tendo sido detectadas deficiências relevantes que possam impactar sua efetividade; (ii) os trabalhos realizados pelas Auditorias Interna e Independente do Banco Volkswagen são satisfatórios, possuem qualidade e transparência; e (iii) as demonstrações financeiras do Banco Volkswagen relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2017 encontram-se em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em vista dos resultados dos trabalhos que desenvolveu e com base no parecer da Auditoria Independente, o Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações decorrentes do contexto e alcance de sua atuação, recomenda à Diretoria a aprovação das demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2017.

São Paulo, 25 de agosto de 2017.

O Comitê de Auditoria

Fabrizio Ruggiero — Presidente
Rafael Vieira Teixeira
Norberto Valdrigue — Membro Qualificado

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Banco Volkswagen S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Volkswagen S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as operações e elabora as suas informações contábeis com observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência (ou insuficiência) de depreciação, classificada no ativo permanente (Nota 2(g)). Essas práticas não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei no 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante, realizável a longo prazo e rendas/despesas de operações de arrendamento mercantil, mas propiciam a apresentação do resultado e do patrimônio líquido em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de agosto de 2017

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora
CRC 1SP192785/O-4